



Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA



**SOFRIMENTO E DESGASTE MENTAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO
EXERCÍCIO PROFISSIONAL**

EUZA DE CARVALHO CORREA VIMIEIRO

MARIANA – MG

2019

EUZA DE CARVALHO CORREA VIMIEIRO

**SOFRIMENTO E DESGASTE MENTAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO
EXERCÍCIO PROFISSIONAL**

Monografia apresentada à banca
examinadora como requisito parcial
para a obtenção do título

Orientador: Professor Dr. Roberto
Coelho do Carmo

MARIANA - MG

2019

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

V764s Vimieiro, Euza De Carvalho Correa .
Sofrimento e desgaste mental dos Assistentes Sociais no exercício
profissional. [manuscrito] / Euza De Carvalho Correa Vimieiro. - 2019.
53 f.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Coelho do Carmo.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Assistência social. 2. Saúde pública - Avaliação. 3. Promoção da
saúde dos empregados. I. Carmo, Roberto Coelho do. II. Universidade
Federal de Ouro Preto. III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**FOLHA DE APROVAÇÃO****EUZA DE CARVALHO CORREA VIMIEIRO****SOFRIMENTO E DESGASTE MENTAL DOS ASSISTENTE SOCIAIS NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL**

Membros da banca

Claudia Maciel Enes - MESTRE - Centro de Saúde/UFOP
Vanderlei Martini - MESTRE - DESSO/UFOP
Roberto Coelho do Carmo - DOUTOR - DESSO/UFOP

Versão final

Aprovado em 29 de JAN de 2020

De acordo

Professor (a) Orientador (a)



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Coelho do Carmo**, CHEFE DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL, em 29/01/2020, às 09:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0033766** e o código CRC **4EEC5318**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.000621/2020-32

SEI nº 0033766

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35400-000
Telefone: - www.ufop.br

AGRADECIMENTOS

Ao meu querido pai Rosindo (in memoriam), por ensinar-me o valor da vida e o quanto ela é fugaz; Aos meus queridos filhos, Gustavo e Eduardo, por serem sempre presentes em minha vida; Aos meus lindos netos, Murilo e Caio, por me mostrarem que a vida é um ciclo perfeito e repleto de esperanças; Aos mestres, que durante todo o curso se mostraram comprometidos com o desenvolvimento e preparo de novos profissionais a serem inseridos, (ou não) no mercado de trabalho; Ao Mestre, meu Orientador, Dr. Roberto Coelho do Carmo, pela paciência e compreensão com esta orientanda, que tanto trabalho deu.

Meu muito obrigada.

“Deus não consintas que eu seja o carrasco que sangra as ovelhas, nem uma ovelha nas mãos dos algozes. Ajuda-me a dizer sempre a verdade na presença dos fortes, e jamais dizer mentiras para ganhar os aplausos dos fracos”.

(Parte de um poema de autor desconhecido, traduzido do árabe por Seme Draibe).

RESUMO

O debate a que se propõe objetiva identificar os vetores que possam vir a desencadear o sofrimento mental aos Assistentes Sociais, inseridos na área da saúde. Tendo em vista que os mesmos são profissionais especializados, assalariados e sujeitos às mesmas condições de precariedade a que são submetidos os trabalhadores brasileiros no contexto do capitalismo contemporâneo e suas implicações na atuação deste profissional comprometido com um Projeto Ético Político Profissional que tem sua ação diretamente coadunada à identificação e intervenção nas múltiplas expressões da questão social, expressas no cotidiano da realidade social em que o sujeito se situa. Uma vez que em seu cotidiano, o Assistente Social relaciona-se com os constantes enfrentamentos de violação de direitos em seus espaços sócio ocupacionais, atuando assim em um ambiente tensionado pelo antagonismo capital trabalho e sobre questões contraditórias que emergem do cotidiano do trabalhador.

Palavras-chave: Precarização, saúde no trabalho, Assistente social.

ABSTRACT

The debate that aims to identify the vectors that may trigger mental suffering to Social Workers, inserted in the health area. Given that they are specialized professionals, salaried and subject to the same precarious conditions to which Brazilian workers are subject in the context of contemporary capitalism. And its implications on the performance of this professional committed to a Professional Political Ethical Project, whose action is directly coadunited to the identification and intervention in the multiple expressions of the social question, expressed in the daily reality of the social reality in which the subject is situated. Since in his daily life, the Social Worker is related to constant confrontations of violation of rights in their social occupational spaces. Acting thus in an environment tensioned by the antagonismo capital work and on contradictory issues that emerge from the daily work.

Keywords: Precariousness, Occupational Health, Social Worker.

SUMÁRIO

Introdução	1
1 – Desenvolvimento do Trabalho	6
1.1 – Trabalho e ser social	6
1.2 – Desenvolvimento do modo de produção	8
1.3 – Reprodução Social e Questão Social	12
2 – Desenvolvimento no Brasil na Era Capitalista	17
2.1 – Desenvolvimento Produtivo	17
2.2 – Desenvolvimento Produtivo no Brasil	20
2.3 – Desenvolvimento e Sofrimento no Trabalho	25
3 – O Serviço Social	36
3.1 – Breve Histórico do Serviço Social	36
3.2 – O Assistente Social como trabalhador Assalariado	37
3.3 – Atuação dos Assistentes Sociais na Saúde	39
4 – Conclusão	41
5 – Referências Bibliográficas	43

1. INTRODUÇÃO

O estudo pretende-se como uma primeira aproximação ao debate do sofrimento mental e desgaste do profissional de Serviço Social no exercício da profissão relacionado à Saúde do Trabalhador. O debate sobre o tema, visa desvelar a precariedade das condições de trabalho do assistente social atuante na área da saúde e, como tais condições podem contribuir para o sofrimento mental dos mesmos.

Para a estruturação deste, buscou-se fundamentação em estudos teóricos, com isso, foram observadas as vertentes que abrangem a questão social e seus reflexos à saúde do trabalhador, sendo que, - a questão social, para Ianni, “apresenta diferentes aspectos econômicos, políticos e culturais. Uma vez envolve principalmente operários, outras camponeses. Aqui podem estar presentes os negros, lá, os índios. Sem esquecer que um muitas vezes é o outro”. (IANNI, 2004. p.108).

A questão social, segundo Iamamoto,

Historicamente foi tratada sob o ângulo do poder, vista como ameaça que a luta de classes - em especial, o protagonismo da classe operária - representava à ordem instituída. Entretanto, os processos sociais que ela traduz encontram-se no centro da análise de Marx sobre a sociedade capitalista (IAMAMOTO, 2012, p.86).

Mas, este é um tema que abordaremos posteriormente, para uma maior clarificação de seus impactos no cotidiano do trabalhador assistente social inserido na área da saúde, na ordem capitalista contemporânea.

Empregou-se nesta pesquisa uma pesquisa documental para atribuir a compreensão dos fatores que provocam o desenvolvimento dos processos de sofrimento como desgaste mental do assistente social. Afirmam Laurel e Noriega, que “o uso da força de trabalho é deformado e deformante tanto do corpo quanto das potencialidades psíquicas, converte-se numa atividade cujo componente desgastante é muito maior do que o da reposição e desenvolvimento das potencialidades”. (LAURELL; NORIEGA, 1989, p.116). Dessa forma, faz-se necessário partir da exposição do cenário histórico que deu origem a essa problemática do mundo contemporâneo, o capitalismo.

O processo de trabalho no mercado capitalista altera as configurações de significado e conteúdos já que seu principal objetivo é obter a máxima lucratividade ao menor custo de exploração. Consequentemente percebe-se que o capitalismo opera com intensa precarização do trabalho e banalização da vida, prevalecendo o adoecimento.

O Serviço Social, potencializador da ação humana sobre o objeto (ABEPSS¹, 1996), é entendido como uma profissão que faz parte, como uma peça da divisão sociotécnica do trabalho. Assim sendo, o assistente social também é submetido às condições de precariedade que desencadeiam o sofrimento, o desgaste e o adoecimento. E é este o objetivo principal desta pesquisa: identificar alguns fatores presentes no cotidiano do assistente social que possam desencadear este sofrimento

Na estruturação desta pesquisa, serão abordados inicialmente, sobre o trabalho e sequencialmente o trabalho como processo de valorização, para pensar a precarização do trabalho na contemporaneidade. Em um segundo momento os estudos avançarão em bibliografias que permitam uma aproximação ao debate sobre o sofrimento e o desgaste mental do trabalhador. Por último, busca aclarar de forma simplificada, os fatores presentes no cotidiano do trabalho de assistentes sociais na área da saúde que possam vir a contribuir para o desenvolvimento dos processos de sofrimento e adoecimento.

As atividades executadas pelos assistentes sociais são das habilidades sociais desempenhadas pelo homem e, desse modo, considera-se esse trabalho como sendo uma técnica sistematizada por um profissional especializado, competente, e que tem nas expressões da “questão social”, tais como vividas pelos indivíduos sociais, a “matéria” sobre a qual incide o trabalho profissional. (IAMAMOTO, 2014). Atuando assim, em um ambiente tensionado pelo antagonismo capital e trabalho, o assistente social, atua sobre questões contraditórias que emergem no cotidiano dos trabalhadores.

As teorias marxistas mostram que o ser natural difere-se do homem, esse, ser social, através de seu trabalho e, a partir de suas necessidades, transforma a natureza e a si próprio, objetivando-se no seu produto final. O trabalhador é visto então como uma “máquina” e posteriormente uma extensão da mesma e sua

¹ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL

finalidade é produzir em grandes proporções e em curto prazo, orientados por métodos racional-burocráticos para que as organizações, detentora dos recursos, alcancem a lucratividade.

É notório então que o assistente social, um profissional qualificado, enquadra-se em duas configurações: aquela em que ele é considerado como sendo um profissional assalariado, possuindo as mesmas obrigações legais que os demais profissionais, vivenciando em ambientes de trabalho precários, com salários defasados e carga horária exaustiva; e, a outra em que atua como agente que participa da criação e da prestação de serviços que atendem as necessidades sociais. Iamamoto dá uma noção clara desta unidade contraditória do trabalho abstrato e trabalho concreto: “... isto resume as tensões entre o direcionamento que o assistente social pretende imprimir ao seu trabalho concreto – afirmando sua dimensão teleológica e criadora – condizente com um Projeto Profissional coletivo e historicamente fundado; e os constrangimentos inerentes ao trabalho alienado que se repõe na forma assalariada do exercício profissional”. (IAMAMOTO, 2014, p. 416 – 418).

Desse modo, a problemática pode ser vista na forma de perceber que o sofrimento do assistente social dá - se em “decorrência do trabalho alienado, estranhado, numa dimensão específica, aquele que decorre do trabalho abstrato, quando não é possível exercer modificações nas tarefas que se executa, dotando-as de conteúdo e de sentido, de acordo com os desejos e necessidades daqueles que o realiza” (Mendes; Werlang, 2013, p. 46).

O estudo visa promover a problematização e reflexão, procurando fornecer subsídios para o debate acerca da atuação dos assistentes sociais na área da saúde, objetivando dar destaque às condições de precariedade, sobre – trabalho, sub – trabalho e os constantes enfrentamentos às violações de direito que permeiam os espaços ocupacionais destes profissionais, que são comprometidos com um Projeto Ético Político que visa a garantia intransigente dos direitos sociais; na busca de identificar os fatores presentes no exercício profissional, que desencadeiam o sofrimento e o desgaste mental e físico, que levem ao adoecimento do profissional de Serviço Social no cenário capitalista contemporâneo. O mesmo será apresentado em sua elaboração teórico – metodológico; sua fundamentação teórica, pretende apresentar o desenvolvimento histórico do trabalho em suas variadas determinações e as especificações de seu desenvolvimento até a

contemporaneidade, buscando considerar todas as nuances do antagonismo capital trabalho.

A análise será direcionada nas bases da teoria social no âmbito do trabalho, procurando alinhar-se ao método crítico dialético², pois o mesmo direciona para além da imediatividade, procurando compreender o objeto de estudo em sua totalidade. Propõe-se que, o acervo teórico – metodológico utilizado na elaboração deste estudo, contribua para a compreensão da trajetória histórica que o trabalho tomou até a contemporaneidade.

O método crítico dialético auxiliará na metodologia desta investigação científica, que será baseada em uma pesquisa bibliográfica. Serão utilizados artigos científicos, livros e páginas digitais, procurando através do estudo bibliográfico, adquirir as bases para consolidar o método escolhido para a análise do objeto.

Pretende-se discutir sobre o trabalho e o sofrimento do assistente social, tendo como norte, a crise contemporânea do capital e suas estratégias, diante da crise, de intensificação da exploração e precarização do trabalho. É importante salientar aqui que, os objetivos das atividades capitalistas estão fundamentados na geração da mais - valia³ e a conseqüente reprodução ampliada do capital. Como bem coloca Marx, “o que interessa ao capitalista é a mercadoria enquanto valor de troca, enquanto bem que pode ser vendido no mercado por um valor superior àquele empregado em sua produção e com isso gere uma ampliação do capital inicial adiantado pelo capitalista no mercado. Ao capitalista, não interessa somente o valor, mas também valor excedente, a mais – valia”. (MARX, 2012, p. 220).

² Método Crítico Dialético:

Para Lakatos e Marcone, são 4 Leis fundamentais:

- a) Ação recíproca, unidade polar ou “tudo se relaciona;
- b) Mudança dialética, negação da negação ou “tudo se transforma;
- c) Passagem da quantidade à qualidade ou mudança qualitativa;
- d) Interpretação dos contrários, contradição ou luta dos contrários.

(Para uma explicação mais minuciosa, consultar Lakatos e Marcone, 2003, pp.101 – 106)

³ A produção da mais valia absoluta se realiza com o prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador produz apenas em equivalente ao valor de sua força de trabalho e com a apropriação pelo capital desse trabalho excedente. A produção da mais valia relativa, pressupõe, portanto, um modo de produção especificamente capitalista, que com seus métodos, meios e condições, surge e se desenvolve, de início, na base da subordinação formal do trabalho ao capital. No curso desse desenvolvimento, essa subordinação formal é substituída pela sujeição real do trabalho ao capital. A mais valia relativa é absoluta por exigir a prolongação absoluta da jornada de trabalho além do tempo necessário à existência do trabalhador. A mais valia absoluta é relativa por exigir um desenvolvimento da produtividade do trabalho que permita reduzir o tempo de trabalho necessário a uma parte da jornada de trabalho. (MARX, 2012)

O estudo articulado com a dialética, não tem a pretensão de esgotar o tema, mas espera poder aclarar as possibilidades de desgaste, sofrimento e o adoecimento a que, os assistentes sociais inseridos na área da saúde, estão expostos; espera suscitar questionamentos com abordagens simplificadas, buscando gerar debates futuros que venham trazer um maior engajamento resolutivo da categoria, em sua coletividade, procurando obter respostas concretas e eficazes na luta pela sua afirmação profissional, como garantidor, incontestado, de direitos inalienáveis.

CAPÍTULO 1 – DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO

O que se pretende evidenciar, é como o desenvolvimento do trabalho pode afetar a saúde do trabalhador, uma vez que o desenvolvimento implica em melhorias no maquinário e tecnologias, reduzindo desta forma a necessidade do trabalho vivo. Aumentando assim o exército industrial de reserva; os trabalhadores que permanecem na ativa tornam-se quase uma extensão da máquina. Atuando em seu trabalho sem explorar sua capacidade criativa, como uma forma robotizada de trabalhar, quase como um enfrentamento que ocorre em seu dia a dia. Dejours (1988), nos chama a atenção para o quanto o “enfrentamento do homem com sua tarefa põe em perigo sua vida mental” (p.27). Ao dirigir-se ao seu ambiente de trabalho, o trabalhador se angustia, ao invés de sentir prazer; ele se encaminha para cumprir seu período laboral como se fosse para a guerra. O que conseqüentemente vai gerar desconforto, ansiedade, sofrimento. Estas não são reações diagnosticadas clinicamente, mas vão gerar adoecimentos clínicos e desgaste mental.

1.1 - Trabalho e Ser Social

Para analisar e compreender os fenômenos relacionados ao sofrimento dos trabalhadores, expresso como desgaste mental, como também a trajetória profissional dos assistentes sociais, faz-se necessário o entendimento prévio dos processos históricos sobre o trabalho e a reprodução social. O ponto de partida dessa análise é fundamentado no pensamento sociológico acerca das transformações no mundo do trabalho.

Marx pontua que:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre homem e natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (MARX, 2012, p. 211).

Dentro desta perspectiva, o ser humano se constrói como indivíduo, criando novas necessidades que irão gerar novas possibilidades de transformação. Sob esta ótica é possível perceber que o trabalho além de influenciar a questão objetiva do trabalhador, atinge também sua subjetividade. Desta forma, ao alterar a natureza, ele está, também, criando seu próprio ser. Como afirma Netto e Braz, “o trabalho é fundante do ser social” (NETTO; BRAZ, 2013, p.49).

Não se pode separar a sociedade de seus membros: não há sociedade sem que esteja, em interação os seus membros, singulares, assim como não há seres sociais singulares (homens e mulheres) isolados, fora do sistema de relações que é a sociedade. O que chamamos sociedade são os modos de existir do ser social: é na sociedade e nos membros que a compõem que o ser social existe: a sociedade, e seus membros, constitui o ser social e dele se constitui. (Ibidem, p.49)

Os autores aprofundam suas afirmações, dentre outras coisas na obra de Lukács e afirmam que o processo que acaba por distinguir homem e natureza, é o processo de humanização. Em Lukács

Para que possa nascer o trabalho, enquanto base dinâmico-estruturante de um novo tipo de ser, é indispensável um determinado grau de desenvolvimento do processo de reprodução orgânica, [...], nas quais surge não apenas um certo tipo de trabalho, mas inclusive a consequência necessária de seu desenvolvimento, a divisão do trabalho (abelha, etc.), situações porém em que essa divisão do trabalho, enquanto se fixa como diferenciação biológica dos exemplares da espécie, não consegue se tornar princípio de desenvolvimento posterior de um ser de novo tipo. A essência do trabalho consiste precisamente em ir além da fixação dos seres vivos na competição biológica com seu mundo ambiente. O momento essencialmente separatório é constituído não pela fabricação de produtos, mas pelo papel da consciência, a qual, precisamente aqui, deixa de ser mero epifenômeno da produção biológica: o produto, diz Marx, é um resultado que no início do processo existia ‘já na representação do trabalhador’, isto é, de modo ideal. (LUKACS, 1972, p.4-5).

Observa-se então, que o ser social não sobrevive só do trabalho, ele desenvolve o próprio reconhecimento de produtor criativo dentro de uma relação sujeito a sujeito. O ser social desenvolvido, não é só produtor de valores; com suas objetivações, expressam a humanidade dos homens. Para Iamamoto e Carvalho, “a produção social não trata de produção de objetos materiais, mas de relação social entre pessoas, entre classes sociais que personificam determinadas categorias econômicas”. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2016, p. 36). Ocorre que, sob o modo capitalista de produção “As relações sociais aparecem, como relações entre coisas,

esvaziadas de sua historicidade. A reificação do capital é, pois, a forma mistificada em que a relação social do capital aparece na superfície da sociedade”. (Ibidem. p. 37, 38).

Então, entende-se que, os homens estabelecem relações através da produção troca de mercadorias, que é o resultado da venda de sua força de trabalho ao capital, pelo seu equivalente, e este caráter social, acaba sendo entendido como relação entre coisas, sendo que, na verdade, é uma relação social entre homens, oculta por trás das coisas. Trata-se aqui, da coisificação das relações sociais.

1.2 – Desenvolvimento do modo de produção

Pelo que se pode observar, o desenvolvimento do homem em relação aos seres naturais, sua capacidade teleológica, sua constituição como ser social e a reificação mistificada dos objetos, se deve ao desenvolvimento do modo de produção, uma vez que, o homem, ao satisfazer uma necessidade, novas necessidades surgem. O processo de trabalho, ao atingir certo nível de desenvolvimento, exige meios de trabalho já elaborados. (Marx, 2012, p. 213).

Nos primeiros tempos da humanidade, o trabalho era executado de forma coletiva, de modo que, a produção de bens, fossem destinadas à satisfação das necessidades básicas de toda comunidade primitiva. Cabe agora analisar o trabalho como um espaço de luta entre forças antagônicas.

De acordo com Tavares,

O modo como, mundialmente, se organiza a produção traduz uma longa história de exploração do homem, cujas relações sociais são determinadas pelo escravismo, pelo feudalismo e, contemporaneamente, pelo capitalismo [...]. Todas essas formações sociais são compostas por classes antagônicas, isto é, por dominantes e dominados, semelhança que não as tornam iguais. No escravismo e no feudalismo, a exploração tinha limites biológicos, porque o homem era um meio de produção. Na sociedade capitalista, a vida do trabalhador não impõe limites à produção. Ainda assim, todas têm em comum a desigualdade, mas isso não é argumento suficiente para afirmar que a divisão da sociedade em classes seja algo natural. (TAVARES, 2009, p.1).

Então, pode-se perceber que, para cada época surge nova forma de dominação e exploração. Para Marx, “o que distingue as diferentes épocas econômicas não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz (MARX, 2012, p.214). Para o autor, os meios de trabalho prestam-se, dentre outras

coisas, como um mecanismo que deve ser considerado nas análises sobre o desenvolvimento da força humana de trabalho, indicando também as condições sociais em que se realiza o trabalho.

Para chegar-se ao atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas, a ordem do capital passou por mutações que serão aqui sinteticamente elencadas para uma melhor percepção de seu estágio na contemporaneidade. O capital no sistema neoliberal contemporâneo não surgiu de um momento para outro, houve todo um processo de desenvolvimento para sua globalização e centralização.

Como o trabalho era executado de forma coletiva, nas comunidades coletivas, e os bens produzidos destinados à satisfação das necessidades básicas de toda a comunidade. Netto e Braz dão uma base desta destinação:

A repartição do produto social global está conectada ao regime de propriedade dos meios de produção fundamentais e dele depende. Se essa propriedade é coletiva, a repartição tende a ser igualitária (é o que ocorreu na comunidade primitiva); se a propriedade é privada, tende a ser profundamente desigual (como nos modos de produção que se sucederam a partir da dissolução da comunidade primitiva) (NETTO; BRAZ, 2012, p.76).

Engels, no prefácio à edição alemã de 1883 do Manifesto do Partido Comunista, menciona que a partir da dissolução do regime primitivo, e de sua estrutura de produção e comércio em que a coletividade está acima dos interesses individuais e privados toda a história é uma história de luta de classe.

O pensamento dominante e essencial do manifesto, isto é, que a produção econômica e a estrutura social que necessariamente decorre dela, constituem em cada época histórica a base da história política e intelectual dessa época: que por conseguinte (desde a dissolução do regime primitivo da propriedade comum da terra), toda história tem sido uma história de luta de classes, de lutas entre as classes exploradas e as classes exploradoras, entre as classes dominantes e as classes dominadas, nos diferentes estágios do desenvolvimento social; mas que, atualmente esta luta atingiu um estado em que a classe explorada e oprimida (o proletariado) não pode mais libertar-se da classe que a explora e oprime (a burguesia), sem libertar, ao mesmo tempo e para sempre, da exploração, da opressão e das lutas de classes de toda a sociedade” – este pensamento fundamental pertence única e exclusivamente a Marx. (Engels, 2011, p.17)

Com a dissolução das comunidades primitivas, inicia-se um período de mercantilização entre distintas comunidades. Uma vez que o trabalho era realizado por escravos, sob coerção, e o excedente produzido lhe era subtraído violentamente. Conforme Netto e Braz, 2012, “entende-se, pois, que no escravismo,

com todos os seus horrores, é que a sociedade foi dividida em duas classes sociais” (NETTO; BRAZ, 2012, p.79).

Historicamente, as lutas fazem parte do cotidiano e, como instinto de sobrevivência; isso pode ser observado nas sociedades primitivas, no feudalismo e, mais acirradamente no capitalismo, a permanente oposição entre os grupos sociais existentes. Com o advento de um novo modelo social oriundo de um processo histórico iniciado com as grandes navegações, na expansão do comércio entre os feudos europeus, a descoberta das Américas, tornou o modelo feudal existente, ineficaz para atender as demandas dos novos mercados. O Estado absolutista que anteriormente servia a interesses da burguesia nascente, torna-se obstáculo ao desenvolvimento burguês, a burguesia tratou de remove-lo. Finda então o antigo regime, após longo período de confronto, surgindo daí, o Estado burguês que articulou a superestrutura para o desenvolvimento do modo de produção capitalista. (NETTO, BRAZ, 2012, p. 87). Aos poucos vai surgindo uma nova estrutura sócio - econômica baseada na acumulação e expansão do capital.

A grande indústria criou o mercado mundial, para o qual a descoberta da América preparou o terreno. O mercado mundial deu um imenso desenvolvimento ao comércio, à navegação, às comunicações por terra. Esse desenvolvimento, por sua vez, reagiu sobre a extensão da indústria; e na proporção em que a indústria, o comércio, a navegação, as ferrovias se estendiam, a burguesia também se desenvolvia, aumentava seus capitais e colocava num plano secundário todas as classes legadas pela Idade Média. (MARX; ENGELS 2011, p.41)

Esse processo histórico que rompeu as estruturas feudais, tendo como base grandes transformações nos meios de produção e comércio, deram origem à moderna burguesia. Concomitante ao processo de transformação econômica, um processo político e social se desenvolvia, no qual, o Estado se fortalecia como o garantidor dos direitos de liberdade e propriedade da nova classe, impondo tacitamente o novo modelo social. Gestou-se então, o modo de produção capitalista.

O dinheiro, o capital, suprimiu as trocas e as relações econômicas, sociais e morais até então vigentes, como diz Marx, “a burguesia rasgou o véu de comovente sentimentalismo que envolvia as relações familiares e as reduziu a meras relações monetárias”. (MARX, ENGELS, 2011, p.43)

Montaño e Duriguetto expõem que:

O Estado moderno é parte integrante da ordem burguesa e não externa a ela. É uma instituição desenvolvida e comandada pela ordem que a funda, portanto, um Estado inserido e produzido pela sociedade capitalista, no contexto e resultando das lutas de classes, não sendo, portanto, independente do sistema sócio econômico e político que o criou, dos seus interesses em jogo e da correlação de forças sociais. É, portanto, um instrumento fundamental da ordem burguesa, garantidor da propriedade privada, das relações sociais e da liberdade individual (burguesa); porém, como resultado tenso das contradições e lutas de classes, é também o espaço de desenvolvimento de direitos e conquistas sociais históricas. (Montaño, Duriguetto; 2010, p.143)

O Estado burguês tem por objetivo principal garantir a propriedade privada e a acumulação de capital. Para a acumulação acontecer, o capital precisa explorar a força de trabalho ao máximo, pois, ao capitalista não interessa o trabalho socialmente necessário, mas sim, a exploração da força de trabalho, o excedente, a mais valia. É esta necessidade de explorar o excedente, que desencadeia a polarização das classes, de um lado, a burguesia, do outro, o proletariado. Marx salienta:

O objetivo do comprador é aumentar seu capital, produzir mercadorias que contêm mais trabalho do que ele paga e cuja venda realiza também a parte do valor obtida gratuitamente. Produzir mais valia é a lei absoluta desse modo de produção. A força de trabalho só é vendável quando conserva os meios de produção como capital reproduz seu próprio valor como capital e proporciona, com o trabalho não pago, uma fonte de capital adicional. (Marx, 2012, p.721-722)

O capitalismo, inegavelmente, incrementou progressos tecnológico e científicos ao mundo do trabalho, não com o intuito de favorecimento ao trabalhador, e sim, para intensificar a exploração da força de trabalho, visando sua acumulação. O bem-estar dos trabalhadores não é uma preocupação do modo de produção capitalista, Marx (1964) afirma haver uma proporcionalidade para o trabalho entre a quantidade que produz (se cada vez maior) e seu valor de troca (sendo cada vez menor). Para o autor, o trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens". (Marx, 1964, p.159). Pode haver neste aspecto da alienação do trabalho elementos constitutivos da (ausência de) identidade e do sofrimento.

Observou-se que, com a constituição do ser social e seu desenvolvimento, ocorre também o desenvolvimento dos meios de produção, intensificando ainda mais a exploração da força de trabalho.

1.3 - Reprodução Social e Questão Social

A abordagem ao item reprodução social, precisa considerar que nenhum sistema social é estanque; por mais que uma determinada sociedade, procure perpetuar e reproduzir suas condições de sobrevivência dentro de uma ordem social definida, a reprodução social é uma consequência natural de todo e qualquer desenvolvimento. Aja vista, as sociedades pré-capitalistas, elas não mantiveram suas próprias condições de existência, algumas inclusive, com uma organização política bastante avançada. (O que no momento não nos cabe debater). O desenvolvimento social, gera a produção e reprodução social.

De acordo com Lessa e Tonet, 2012, “a forma como os homens transformam a natureza, determina a forma como a sociedade se reproduz”. (LESSA; TONET, 2012, p.10).

Corroborando o que diz Lessa e Tonet, vale ressaltar o que Iamamoto e Carvalho falam sobre a reprodução das relações sociais:

Assim, a reprodução das relações sociais é a reprodução da totalidade do processo social, a reprodução de determinado modo de vida em sociedade: o modo de viver e de trabalhar, de forma socialmente determinada, dos indivíduos em sociedade. Trata-se, portanto, de uma totalidade concreta em movimento, em processo de estruturação permanente. [...], expressando-se tanto no trabalho, na família, no lazer, na escola, no poder, etc., como também na profissão. (IAMAMOTO, CARVALHO, 2005, p.59).

Segundo Behring e Boschetti (2010) “falar em produção e reprodução das relações sociais inseridas num momento histórico, sendo a questão social uma inflexão desse processo, trata-se da produção e reprodução – movimentos inseparáveis na totalidade concreta – de condições de vida, de cultura e de produção da riqueza”. (p.52). Como pode-se observar, as sociedades vieram se desenvolvendo desde as sociedades primitivas, e com elas, os modos de produção, para cada época, era uma forma diferenciada de produção e exploração do homem pelo homem.

Esse processo de desenvolvimento das relações de produção capitalistas que levou à gênese do proletariado é, também, o fundamento da gênese e do desenvolvimento da burguesia. Esta classe social vai se desenvolvendo das suas formas germinais até sua forma mais desenvolvida no mesmo período da história em que tivemos o desenvolvimento do trabalho assalariado até se chegar ao proletariado. Foi na etapa final deste

complexo, rico e longo processo histórico, a Revolução Industrial (1776-1830), que assistimos ao surgimento do proletariado e da burguesia em suas formas maduras, plenamente desenvolvidas. E, então, a reprodução social passou a ser marcada pela contradição antagônica entre o proletariado e a burguesia”. (Lessa, Tonet, 2012, p.23)

Com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, mais foram intensificadas as formas de exploração e expropriação. Ao capital só interessa sua ampliação e acumulação, para tanto, necessário é a subordinação, a subsunção do trabalho ao capital, ocorrendo daí o acirramento dos antagonismos entre o proletariado e a burguesia, as classes dominantes e as classes dominadas. Marx identifica, segundo Netto que, “a questão social está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho – a exploração”. (p.45). Marx ainda destaca que a “acumulação capitalista sempre produz, e na proporção de sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente [...] excedente”. (Marx,2012, P. 733).

A lei que mantém a superpopulação relativa ou o exército industrial de reserva no nível adequado ao incremento e à energia da acumulação acorrenta o trabalhador ao capital. [...]. Determina uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. Acumulação de riqueza num polo é ao mesmo tempo acumulação de miséria, de trabalho atormentante, de escravatura, ignorância, brutalização e degradação moral, no polo oposto, constituído pela classe cujo produto vira capital caráter antagônico da produção capitalista. (MARX, 2012, p.749)

O que se observa é que o cerne da questão social encontra-se na acumulação capitalista nas desigualdades sociais. Entende-se que na ordem capitalista, quanto mais riquezas se produz, tanto mais aumenta o pauperismo. O capital precisa dessas desigualdades, desenvolvidas no processo de produção capitalista, a exploração da força de trabalho e o excedente, mais valor, para acumular. Com as inovações tecnológicas, mesmo não podendo prescindir da força de trabalho vivo, gera uma superpopulação trabalhadora que a empresa não pode absorver; havendo excesso de força de trabalho, maior oferta do que demanda, o trabalho vivo é desvalorizado e as condições de precariedade do trabalho são acentuadas, além de aumentar assim, o exército de reserva. Iamamoto e Carvalho (2012), elucidam esta questão de trabalhador excedente:

Esta população excedente se apresenta sob diversas modalidades. Nos centros industriais modernos, a produção ora atrai um número maior de

trabalhadores, ora os repele. A superpopulação existe em um estado flutuante. Com o avanço da divisão técnica do trabalho dentro do processo produtivo, o capital tende a absorver parcelas da classe trabalhadora até então não integradas na produção: jovens e mulheres especialmente". (P. 67, 68, 2014). Esta nova população de trabalhadores, é chamada por Marx de "força de trabalho suplementar". A maquinaria incorporada à produção, dispensa a força muscular, assim o capitalista utiliza crianças e mulheres, sem distinção de sexo ou idade, sob o domínio do capital. Os membros da família vão substituir o trabalhador. (IAMAMOTO E CARVALHO, 2012, P. 451).

É mais uma reconfiguração do capital para intensificar a exploração do trabalho. Vale lembrar que esta superpopulação flutuante, acompanha o capital em sua movimentação, na expectativa de melhores condições de trabalho. Marx expõe esta modalidade de exploração:

"O valor da força de trabalho, não era determinado pelo tempo de trabalho necessário para manter o trabalhador adulto, mas pelo necessário à manutenção da família, toda a família do trabalhador no mercado de trabalho, então o valor da força de trabalho do homem adulto é dividido pela família toda. Desvaloriza a força de trabalho do adulto. A expropriação é ainda maior, pois o excedente de três ou quatro é maior do que de um. O capital cobra o excedente de todos, a fim de que a família possa viver. A máquina além de aumentar o campo de exploração do capital, o material humano, amplia também, o grau de exploração". (Marx, 2012, P. 452).

O capital não tem limites na implementação da exploração da força de trabalho, sua intencionalidade é a subsunção incondicional do trabalho, objetivando daí, a extração da mais valia. Tendo em vista que, a força de trabalho, sendo a mercadoria que o trabalhador dispõe para negociar no mercado, seu excesso tende à desvalorização. Tavares afirma que:

"Qualquer mercadoria em excesso tem o seu preço rebaixado. Não é diferente com a força de trabalho. O fato de existir muita força de trabalho disponível coloca os trabalhadores numa condição defensiva e subordinada em relação ao capital. Este se aproveita da condição desfavorável dos trabalhadores para pôr em prática uma exploração predatória, pela qual qualquer ocupação por mais instável e eventual, é tomada como emprego". (TAVARES, 2009, p.17)

É necessário lembrar que a burguesia⁴ apropriou-se dos meios de produção, restando ao proletariado, somente sua força de trabalho, que ele irá vender por um

⁴ Por burguesia entende-se a classe dos capitalistas modernos, que são proprietários dos meios de produção social e empregam trabalho assalariado. Por proletariados, a classe dos trabalhadores modernos, que, não tendo meios de produção próprios, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver

salário que será negociado com o comprador. Surgindo a partir deste assalariamento da força de trabalho, o modo de produção capitalista. Modo este que evidencia as desigualdades sociais. Como Iamamoto (2014) afirma, “a questão social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum, como vimos: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos, mantém-se privada, monopolizada por uma sociedade”. (p.27). Assim sendo, a questão social, resultado das desigualdades sociais, da contradição capital-trabalho, Montaño (2012) apresenta uma caracterização da mesma elencando aspectos importantes para o entendimento da questão social e o processo de exploração do detentor do capital em relação ao proletariado.

“Questão social, como fenômeno próprio do MPC, constitui-se da relação capital-trabalho a partir do processo produtivo, suas contradições de interesses e suas formas de enfrentamento e lutas de classe, [...] a pobreza no MPC, enquanto expressão da questão social, é uma manifestação da relação de exploração entre capital e trabalho, tendo sua gênese nas relações de produção capitalista, onde se gestam as classes e seus interesses. Como afirmamos, se o pauperismo e a pobreza, em sociedades pré-capitalistas, é resultado da escassez de produtos, na sociedade comandada pelo capital elas são resultado da acumulação privada de capital. No MPC, não é o precário desenvolvimento social e econômico que leva à pauperização de amplos setores sociais, mas o próprio desenvolvimento (das forças produtivas) é o responsável pelo empobrecimento (absoluto ou relativo) de segmentos da sociedade. Não é, portanto, um problema de distribuição no mercado, mas tem sua gênese na produção (no lugar que ocupam os sujeitos no processo produtivo); desta forma todo enfrentamento da pobreza direcionado ao fornecimento de bens e serviços é meramente paliativo. Toda proposta de desenvolvimento econômico como forma de combater a pobreza (sem enfrentar a acumulação de riqueza, sem questionar a propriedade privada) não faz outra coisa senão ampliar a pauperização (absoluta e/ ou relativa). Toda medida de combate à pobreza no capitalismo, não faz mais do que reproduzi-la, desde que amplia a acumulação de capital. Quanto mais desenvolvimento das forças produtivas, maior a desigualdade e o pauperismo. [...] só as lutas de classe, e a mudança na correlação de forças, poderão reverter esse processo histórico, confirmando e ampliando conquistas e direitos trabalhistas, políticos e sociais, e superando a ordem do capital”. (MONTAÑO, 2012, p.6-7)

Não é possível desvincular a questão social da exploração da força de trabalho pelo capital. O capitalismo depende da exploração e expropriação da força de trabalho e a mais valia, o excedente, para sua acumulação e concentração. Não

(Nota de Engels à edição inglesa de 1888 do Manifesto do Partido Comunista). (MARX; Karl. ENGELS; Friedrich, 2011)

se pode esquecer que foi o protagonismo político dos trabalhadores diante de expressões da questão social que desencadeou a tomada de consciência coletiva para as contradições capital e trabalho.

Como afirma Netto, “A ‘Questão Social’, se põe logo nos primeiros momentos da Revolução Industrial; Marx confrontou-se com ela, teórica e politicamente, ainda no espaço do capitalismo concorrencial; ‘clássico’; o Serviço Social, por seu turno, só pode ser tomado como profissão a partir do trânsito do capitalismo concorrencial à idade do monopólio, ao estágio imperialista. (NR Netto, p. 90).

CAPÍTULO 2

DESENVOLVIMENTO NO BRASIL NA ERA CAPITALISTA

O desenvolvimento na era do capital, era de maior interesse dos grandes centros urbanos, uma vez que, o objetivo era a centralização capitalista. Com o desenvolvimento das periferias, poderia consolidar o capitalismo mundial. O desenvolvimento da América Latina, segundo Fernandes, (1981), foi um desenvolvimento dependente. Inicia-se um rápido processo de incorporação à lógica capitalista. Institui-se no Brasil, uma elite subserviente, com uma dependência da periferia ao capitalismo central. Como bem coloca lamamoto (2008), “As desigualdades que presidem o processo de desenvolvimento do país tem sido uma de suas particularidades históricas. O moderno se constrói por meio do arcaico, recriando elementos de nossa herança histórica colonialista”. (lamamoto, 2008, p. 129).

2.1 – Desenvolvimento Produtivo

O desenvolvimento desencadeou progressos tecnológico e científicos, não há dúvidas quanto a isto, mas trouxe também trágicas consequências à produção e às relações sociais de produção. Galvêas (1996), evidencia que: “Com a Revolução Industrial em curso na Inglaterra, por volta de 1760, novos inventos eram constantemente empregados, tanto na indústria manufatureira quanto na agricultura”. Galvêas ainda destaca que:

A mecanização trouxe um forte motivo adicional para o êxodo de trabalhadores rumo às grandes cidades. A população alijada das atividades agrícolas, engrossava a corrente dos que não tinham mais nada a oferecer às manufaturas, que se desenvolviam, senão a sua força de trabalho. Estavam, assim, criadas as condições para a diminuição dos salários reais, que vieram favorecer a rápida acumulação de capitais na economia. (GALVÊAS, 1996, p. 6).”

Esta população, a quem resta somente sua força de trabalho, e para vendê-la, terá que submeter-se às exigências do mercado, à opressão do sistema, cujo único objetivo é a acumulação de capital. Esta dramática situação em que se encontram os trabalhadores, fica evidenciada na colocação de Minayo e Thedim,

(1997): “... somente a partir da Revolução Industrial, quando ocorre grande aglomeração de trabalhadores, no interior das fábricas, entre homens e, (como foi colocado por Marx: “as forças de trabalho suplementares”.), mulheres e crianças, então os riscos de adoecimentos e acidentes tornam-se muito grandes”. (1997).

Galvêas (1996), corrobora as colocações acima, declarando que as condições de vida dos trabalhadores eram desesperadoras: “são dramáticos os registros nos livros de história de sofrimentos das classes de menor renda nas grandes cidades: prolongamento da jornada de trabalho – incluindo mulheres e crianças – para até 18h; grande número de desempregados; grande promiscuidade nas moradias, cada vez mais densamente habitadas”. Marx expõe: “Quanto mais rápido se acumula o capital numa cidade industrial ou comercial, tanto mais rápido é o afluxo do material humano explorável e tanto mais miseráveis as habitações improvisadas dos trabalhadores”. (2012, p. 767), “o que facilita enormemente o aparecimento de epidemias, como as de cólera e tifo; miséria; morte em grande escala”. (Galvêas, 1996, p. 7). Observemos o que expõe Antunes e Praun (2015) que confirma as colocações de Galvêas,

Os acidentes de trabalho e as manifestações de adoecimento com nexos laborais, não são fenômenos novos, mas processos tão antigos quanto a submissão do trabalho às diferentes formas de exploração. Sob o capitalismo, Engels (2010), baseado na observação direta e em outros estudos sobre as condições de trabalho no séc. XIX, descrevia, em 1845, como as condições de vida e trabalho do operariado de algumas cidades industriais inglesas encontravam-se na raiz de um conjunto de enfermidades que, não raramente desdobravam-se na morte desses trabalhadores. (ANTUNES, PRAUN, 2015)

A força de trabalho⁵ era essencial naquele momento, a indústria não podia prescindir desta mercadoria vital para seu desenvolvimento; Minayo e Thedim, (1997), nos dão uma nítida noção da estratégia utilizada nas fábricas para garantir o trabalho vivo sob o domínio do capital:

Como a força de trabalho era fundamental à industrialização emergente, iniciou-se na Inglaterra, uma intervenção utilizando a medicina de fábrica, que pode ser considerada uma das características da medicina do trabalho da atualidade, com predominância tradicional: com foco unívoco e unocausal. Com o objetivo mais específico de recuperar o trabalhador para seu rápido retorno à linha de produção. (MINAYO e THEDIM, 1997, p. 22, 23).

⁵ Força humana empregada no processo de trabalho, não deve ser confundida com trabalho realizado, que é o produto da aplicação da força de trabalho. (NETTO & BRAZ, 2012)

Com relação às precárias condições de subsistência e trabalho dos operários da indústria, que demonstram a voracidade do capital por excedente, Iamamoto e Carvalho (2016) expõem: “historiadores e sociólogos que estudaram a situação do proletariado nesse período são concordes em que essa parcela da população urbana vivia em condições angustiantes”. Eles acrescentam ainda que: “As condições de moradia, um completo deletério, com falta, as vezes absoluta de água, luz e esgoto. Os prédios onde funcionavam as grandes empresas, possuíam precárias condições de higiene e segurança, concorrendo assim, para constantes acidentes. (2016, p. 137).

Diante das precárias condições de trabalho e moradia, fica evidenciado que o bem-estar físico, e ou, mental do trabalhador, não era nenhuma prioridade para os detentores dos meios de produção. Podemos observar pela colocação de Minayo e Thedim:

A relação entre o trabalho e a saúde/doença - constatada desde a antiguidade e exacerbada a partir da Revolução Industrial – nem sempre se constituiu em foco de atenção. Afinal, no trabalho escravo ou no regime servil, inexistia a preocupação em preservar a saúde dos que eram submetidos ao trabalho, interpretado como castigo ou estigma: o tripalium. (Minayo, Thedim, 1997).

Behring e Boschetti (2010) afirmam que: “As sociedades pré-capitalistas, assumiam alguma responsabilidade social, com o objetivo de manter a ordem e punir a vagabundagem. Surgiram inicialmente algumas Leis inglesas que se desenvolveram no período que antecedeu a Revolução Industrial”. (Polanyi, 2000; Castel, 1998; apud Behring e Boschetti, (2010), pp. 47-48). Não vamos aqui elencá-las, mas de acordo com Castel, (1998, p. 176), apud Behring e Boschetti, essas legislações estabeleciam um “Código Coercitivo do Trabalho”.

Castel (1998) apud Behring e Boschetti, (2010), sinaliza que essas regulamentações que se espalharam pela Europa no período que antecedeu a Revolução Industrial tinham alguns fundamentos comuns:

Estabelecer o imperativo do trabalho a todos que dependiam de sua força de trabalho para sobreviver; obrigar o pobre a aceitar qualquer trabalho que lhe fosse oferecido; regular a remuneração do trabalho, de modo que o trabalhador pobre não poderia negociar formas de remuneração; proibir a mendicância dos pobres válidos, obrigando-os a se submeter aos

trabalhos oferecidos. (Castel, 1998 p. 99; apud Behring e Boschetti, 2010, p. 48).

Há de se observar que, quando se vislumbra um olhar mais atento das instituições, aos trabalhadores pobres, o objetivo não é seu bem-estar, mas, manter estes trabalhadores sob controle, mantendo assim a ordem tradicional e impedindo a livre circulação da força de trabalho, utilizando para tanto, o respaldo da Lei. Então, nas interpretações de Polanyi (2000) e Castel (1998), “a principal função dessas legislações é manter a ordem de castas e impedir a mobilidade do trabalhador e assim manter a organização tradicional do trabalho”. (Polanyi, 2000; Castel, 1998; apud Behring e Boschetti, 2010, p. 48).

O que se pode observar é que o capital apropria-se dos meios de produção e mesmo não podendo prescindir da força de trabalho, o capital busca cada vez mais a intensificação da exploração do trabalho, ao menor custo de produção. Ao capital não interessa as condições de precariedade do trabalho e de vida do trabalhador, ocorrendo então, um maior acirramento dos antagonismos capital trabalho.

2.2 - Desenvolvimento Produtivo no Brasil

Como nosso objeto de estudo é o assistente social e suas particularidades como trabalhador do Serviço Social, precisaremos entender um pouco o desenvolvimento econômico e social do país, um país agro produtor e escravocrata, para aproximarmos da historicidade do Serviço Social no Brasil.

Segundo Ianni, (2004), “em fins do séc. XIX, o progresso continuado da cafeicultura; variável, da cana de açúcar, algodão, borracha, etc., vai refletir na evolução do valor do comércio exterior. À medida que cresce a renda nacional, desenvolve-se o comércio artesanal, fabril e o setor de serviços. É o início da industrialização relacionada a gêneros de consumo diário”. Para acompanhar a ampliação econômica do momento, fundou-se, de acordo com o autor, “empresas industriais, bancos, caixas econômicas, companhias de mineração, de navegação, estradas de ferro, etc. Como a economia nacional estava organizada para produzir mercadoria, ou seja, lucro; ocorre então, carência de trabalhador”; a solução para o impasse, como afirma Ianni:

A alternativa é transformar o escravo em trabalhador livre, aquele que é *meio de produção em assalariado*, ou seja, a mão de obra é transformada em força de trabalho. O fim da escravidão no Brasil, só se deu para atender a interesses empresariais que visavam a produção de valor, então, esse processo foi necessário para dar condições racionais e indispensáveis à produção crescente de lucro. ‘Somente quando o trabalhador é livre a sua força de trabalho ganha a condição efetiva de mercadoria’. [...] ‘Para que a mão de obra adquirisse o caráter de mercadoria, de força de trabalho, na acepção técnica do termo, era indispensável que o princípio de igualdade dos homens perante Deus fosse instaurada no seio dos homens’. [...] O trabalhador só é livre quando é livre para oferecer sua força de trabalho no mercado. (IANNI, 2004, pp. 29-30).

Diante deste quadro de extrema desumanidade, o que se observa, é que a máquina estatal, historicamente tende a atender a interesses de mercado. As grandes fazendas, produtoras de café, por volta de 1880, incorporando as estruturas capitalistas, se adaptaram e se organizaram no formato de grandes empresas, focadas na exportação. As Instituições se tornaram mais eficazes em garantir os interesses dos produtores cafeeiros a partir da proclamação da República.

Como podemos observar, o Estado brasileiro, sempre esteve alinhado aos grandes empresários em detrimento dos trabalhadores. Haja vista, o que nos apresenta alguns autores:

Medeiros (2009), evidencia que “foi em 1930 que o capitalismo no Brasil integra o que Alves, apud Medeiros, acentua como ‘industrialização restringida’, razão pela qual alguns autores o considerem um capitalismo hiper - tardio”. (Alves, 2000, p. 104. Apud Medeiros, 2009). “O autor está acentuando que o processo de industrialização brasileira se desenvolveu sob a determinação estrutural do capitalismo mundial, sem nunca ter conseguido romper sua condição de país subordinado aos polos do capitalismo desenvolvido”. (Medeiros, 2009, p. 58).

De acordo com Medeiros, “a Revolução de 1930, permitiu a aplicação do taylorismo como forma de ‘racionalização do trabalho’ e tem como expressão a criação do IDORT (Instituto de Organização Racional do Trabalho), 1931, por liderança do empresariado paulista”. Druck, apud Medeiros, destaca os interesses do Estado varguista em implantar o taylorismo no país e instituir novas Leis Trabalhistas e o controle sobre os sindicatos corporativos, utilizando força e coerção policial para reprimir manifestações e mobilizações.

Mais uma vez, em nome da conciliação de interesses e da cooperação entre empresários e trabalhadores, impunha-se o controle sobre o movimento sindical a fim de assegurar um novo comportamento,

compatível com as exigências do industrialismo. As lutas operárias contra esta nova forma de trabalho e de vida não foram controladas rapidamente. No entanto, junto à repressão policial desencadeada e as perseguições aos trabalhadores imigrantes – que estavam proibidos de exercer qualquer atividade política sindical – anunciava-se a implementação das leis trabalhistas, que tinha, por objetivo, regulamentar a força de trabalho assalariada, definindo seu estatuto, seus direitos e deveres, enfim, garantindo seu uso racional. (DRUCK, 2001, p. 56, apud Medeiros, 2009).

Druck, apud Medeiros, expõe que a “legislação trabalhista do Estado varguista, regulamentava o mercado de trabalho, garantindo a reprodução da classe trabalhadora e impunha limites à voracidade dos empresários brasileiros na exploração dos trabalhadores”. O país precisava se desenvolver para atender às demandas da acumulação capitalista. Vale ressaltar o que expõe Behring e Boschetti:

Se Vargas enfrentou também com a polícia os componentes mais radicalizados do movimento operário nascente, em especial após 1935, ele soube combinar essa atitude com uma forte iniciativa política: a regulamentação das Leis de Trabalho no país buscando transformar a luta de classes em colaboração de classes, e o impulso à construção do Estado Social, em sintonia com os processos internacionais, mas com nossas mediações internas particulares. (BEHRING, BOSCHETTI, 2010, p. 106)

Elas ainda destacam que “em relação ao trabalho, o Brasil seguiu as referências de países desenvolvidos, com regulação dos acidentes de trabalho, aposentadorias e pensões, auxílios doença, maternidade, família e seguro – desemprego”. As autoras nos apontam que até os anos 1930, não existia, por exemplo, uma política nacional de saúde. É a partir de então que o Estado cria o Ministério do Trabalho, da Educação e Saúde Pública, Conselho Nacional de Educação e o Conselho Consultivo do Ensino Comercial, em 1930, a Carteira de Trabalho, em 1932, que passa a ser o documento da cidadania no Brasil. Segundo as autoras, é a partir daí que se inicia a intervenção efetiva do Estado sobre os rebatimentos da questão social no campo da saúde. Isto ocorre, em dois eixos: na saúde pública e na medicina previdenciária, ligada aos IAPs. De acordo com Bravo, 2000, apud Behring e Boschetti, 2010, “havia também o desenvolvimento da saúde privada e filantrópica, no que se refere ao atendimento médico – hospitalar”. (p.107). Com a queda de Vargas, segundo Behring e Boschetti,

Abriu-se um novo período no país, de intensas turbulências econômicas, políticas e sociais. Afinal, o Brasil tornou-se um país mais urbanizado, com

uma indústria de base já significativa, apesar de a vocação agrário-exportadora permanecer forte, e com um movimento operário e popular mais maduro e concentrado, com uma agenda de reivindicações extensa. A Constituição de 1946 foi uma das mais democráticas do país, chegando até a retirar o Partido Comunista da ilegalidade. O período de 1946-1964 foi marcado por uma forte disputa de projetos e pela intensificação da luta de classes. (BEHRING, BOSCHETTI, 2010, p. 109).

De acordo com Medeiros, 2009, “foi no governo Kubitscheck que ocorreu um grande processo de produção industrial e um vigoroso processo de acumulação capitalista no Brasil”. A autora salienta que “para os analistas da época, o Brasil vinha passando, desde a década de 1930, por um processo de substituição de importações, sem nenhum planejamento, o que teria gerado os constantes desequilíbrios no balanço de pagamentos”. Como a autora nos afirma: “Elaborou-se um Plano de Metas para suprir essa falta, com abertura ao capital estrangeiro, pelo investimento direto, o Estado se responsabilizando pela manutenção da infraestrutura, de energia, transportes, etc.”.

Observa-se, portanto, um surto de reestruturação produtiva de 1956 a 1961, com predominância do padrão taylorista – fordista, que constituiu um novo mundo de trabalho, um novo proletariado metalúrgico vinculado às indústrias produtoras de bens de consumo durável. [...] JK criou não só uma classe operária, mas também uma classe média ligada a produção de serviços e a burocracia. Mais uma vez o Estado se posicionando para garantir a acumulação no país. (MEDEIROS, 2009, p. 60).

Segundo a autora: “Diferente de Vargas que teve como base, uma proposta nacionalista, JK, buscou a industrialização brasileira baseada nas multinacionais”. A autora ainda salienta que: “As lutas e mobilizações operárias, estavam impedidas ou limitadas, uma vez que a estrutura sindical era ligada ao Estado. Não havia resistência ao modelo proposto pelas multinacionais no país”. (Medeiros, 2009, p. 61).

A autora, com relação ao fordismo e sua aplicação no Brasil, demonstra que “há unanimidade entre os autores que afirmam que o auge máximo de nossa modernização periférica, se deu com o golpe de 1964, golpe militar contra o presidente democraticamente eleito, João Goulart. Aí encerram-se as mobilizações políticas e sindicais”.

Druck acentua que “O fordismo no Brasil se consolida centralmente pela via da coerção e da força, uma vez que a ditadura iniciada em 1964 põe fim às mobilizações da *sociedade civil que opunha a esta força*”. (Druck, 2001, p. 59, apud

Medeiros, 2009). Nos governos militares, segundo Couto, (2010, p. 120) “a força e a repressão foram estratégias utilizadas como forma de garantir o projeto que pretendia transformar o Brasil em grande potência econômica e realocar as condições necessárias à manutenção de sua relação com o capitalismo internacional”.

Medeiros nos apresenta o que afirma J. Humphrey em referência ao período ditatorial:

Superexploração do trabalho, como resultado de uma sociedade autoritária, está favorecendo também no local de trabalho a não regulação do trabalho a ser regida pelo despotismo do capital. Neste momento, o Estado vai ter um papel fundamental no Brasil, na medida em que vai se tornar o árbitro para a construção de uma sociedade regida por leis ditatoriais, resultado de um governo autoritário e de exceção. Desta forma, vivemos um longo processo de repressão, onde todo e qualquer modelo que não seguisse aos interesses políticos e econômicos ditado pelo Estado e atrelado aos interesses do capital estrangeiro, eram caracterizados como oposição aos interesses nacionais. Neste sentido, tivemos como resultado no país aplicação de um modelo ‘fordista’ descaracterizado, no qual não se criou um Estado de Bem-estar como nos países desenvolvidos, no qual pudesse incorporar amplas massas de trabalhadores à cidadania fordista”. (HUMPHREY, 1993, apud Medeiros, 2009 p. 62).

Diante do exposto, podemos observar que no Brasil, o Estado de Bem-Estar não se efetivou. Somos uma periferia com um desenvolvimento descaracterizado e dependente. Segundo Fernandes (1975), “o Estado brasileiro, incorpora o desenvolvimento industrial voltado para interesses agrários”. O golpe de 1964 atuou como o golpe de misericórdia para um povo alijado de todos os seus direitos; o golpe buscou garantir o aprofundamento do capital monopolista, sem reação ou movimentos sociais que viessem inviabilizar a reprodução capitalista.

No campo específico do bem-estar social, de acordo com Laurell, (1995), “os neoliberais sustentam que ele pertence ao âmbito privado, e que suas fontes ‘naturais’ são a família, a comunidade e os serviços privados”. Com o avanço do neoliberalismo e sua investida no desmonte das políticas sociais, acentua-se em grandes proporções a precarização do trabalho e o pauperismo.

2.3 – Desenvolvimento e Sofrimento no Trabalho

Os anos de 1980 ficaram marcados pelos grandes movimentos sociais,

Este foi um período em que, segundo Couto, “poderia ser traduzido pela visualização de dois Brasis. Um, o da repressão, tortura, aviltamento de pessoas e de instituições, da censura, aniquilamento dos que pensavam diferente; o outro, que apontava para o progresso, ufanismo, o verde-amarelinho, reproduzidos sistematicamente pelos órgãos oficiais do governo”. (Vieira, 1995; Habert, 1996; apud Couto, 2010).

Não nos compete aqui o debate no que diz respeito à ditadura militar e seus desmandos, meramente pretendemos sintetizar o legado de opressão que “produziu transformações brutais para a sociedade brasileira”. (Aquino, 2004; p. 56). De acordo com Aquino:

Diversos autores entendem que, na década de 1960, o Brasil atravessava uma crise relacionada com a necessidade de realinhamento da sua posição no quadro do sistema econômico mundial. [...]. Essas análises entendem que, nesse momento, interesses que estariam, em outras circunstâncias, separados, acabaram se unindo e formando um conglomerado de forças que se coadunam para deflagrar o golpe de 1964. Desse conglomerado fizeram parte o capital internacional, o capital nacional, parte das Forças Armadas Nacionais e o governo dos EUA. (AQUINO, 2004; p. 57).

É necessário salientar que foi justamente em fins dos anos 1960 que o movimento dos trabalhadores atingiu sua efervescência, como coloca Antunes “elas ganharam a forma de uma verdadeira revolta do operário-massa contra os métodos taylorista-fordista de produção, epicentro das principais contradições do processo de massificação”. (Antunes, 1999, p. 41).

Estas manifestações não resultaram o esperado, segundo Alain Bihl (1991: 69-70) apud Antunes (1999): “a contestação do poder do capital sobre o trabalho não se estendeu ao poder fora do trabalho, não conseguindo articular-se com os chamados ‘novos movimentos sociais’ emergentes”. (p.44).

De acordo com Antunes, “foi nesse contexto que as forças do capital conseguiram reorganizarem-se, introduzindo novos problemas e desafios para o mundo do trabalho que se viu a partir de então em condições bastante desfavoráveis”. (p.44). Foi nesse panorama que o capital, já desgastado em sua crise estrutural, “implementou um vastíssimo processo de reestruturação, visando

recuperar seu ciclo reprodutivo, e ao mesmo tempo, repor seu projeto de dominação societal”. (ANTUNES, 1999, p. 47).

O que acontece, é que, o capital se reorganiza a partir das crises, Netto e Braz afirmam:

A crise não é um acidente de percurso, não é aleatória, não é algo independente do movimento do capital. Nem é uma enfermidade, uma anomalia que pode ser suprimida do capitalismo. Expressão concentrada das contradições inerentes ao MPC, a crise é constitutiva do capitalismo: **não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise**. Isto não implica naturalização da crise econômica. **AS crises são inevitáveis sob o capitalismo; mas é perfeitamente possível e viável uma organização capitalista, capaz de suprimir as causas das crises**. As crises capitalistas demarcando os ciclos econômicos, não têm uma única causa: elas são o resultado da **dinâmica contraditória** do **MPC** – as múltiplas contradições que constituem o **MPC** convergem nas crises. (NETTO, BRAZ, 2012, pp. 170 – 173).

Diante das crises do capital, Mota reafirma o que expõe Netto e Braz: “Longe de serem naturais, as crises revelam as contradições do modo de produção capitalista, entre elas, a sua contradição fundamental, a produção socializada e a apropriação privada da riqueza, também reproduzindo outras contradições...” (MOTA, p. 3).

Netto e Braz (2006, p.162, apud Mota) afirmam que: “as crises são funcionais ao modo de produção capitalista, constituindo-se num mecanismo que determina a restauração das condições de acumulação, sempre em níveis mais complexos e instáveis, assegurando, assim, sua continuidade”. (p. 3).

As crises do capital, na verdade são reflexos da queda de lucros, o capital, para reverter situações de crise, investe numa reestruturação das bases capitalistas e em ofensivas ao trabalho, das ofensivas capitalistas, uma das mais desumanas é a terceirização, uma vez que esta precariza ainda mais as condições de trabalho. Segundo Lourenço (2015), “o mundo do trabalho está eivado de sofrimento”. De acordo com a autora, “as empresas ao substituírem seus trabalhadores diretos por terceirizados, visam a lucratividade, isentando-se de responsabilidade com a força de trabalho”. É preciso acentuar que com a terceirização, as condições de desemprego e subemprego tendem a aumentar. Lourenço destaca que os “terceirizados, não têm segurança e trabalham em péssimas condições, mesmo porque, as terceiras abrem e fecham com muita facilidade, dificultando qualquer garantia trabalhista”. Segundo Harvey, (1993, p. 144, apud Alves, 1999, p. 3), “A

atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores ‘centrais’ e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins”.

O que se pode observar é que não existem limites para a exploração capitalista, submetendo o trabalhador a uma brutal precarização das condições de subsistência. Os autores Dejours e Bègue, (2010), apud Antunes e Praun, 2015, “consideram que a solidariedade que existia entre os trabalhadores, já não existe mais e essa ruptura anulou as estratégias coletivas de defesa entre os trabalhadores, com essa ausência de companheirismo, aumenta o processo de adoecimento psíquico e que sua expressão mais contundente é o suicídio no local de trabalho”.

Para os autores acima citados, que pesquisaram a incidência desses episódios na França, durante os anos 2000, esta é uma “mensagem brutal” que alude à solidão que emerge das novas formas de organização e gestão do trabalho”. Praun, (2014), apud Antunes e Praun, 2015, p. 415, reitera que “o suicídio é a expressão radicalizada da deterioração das condições de trabalho sob a vigência da gestão flexível”.

Essas instancias que favoreciam a existência desse sentimento de coletividade, de pertencimento, manifesta-se na capacidade de mobilização coletiva e na presença de entidades sindicais politicamente fortalecidas, o que sem dúvida também contribuía no sentido de amparo aos trabalhadores frente ao sofrimento vivenciado dentro e fora do local de trabalho. A ofensiva do capital sobre o trabalho, ao submetê-lo à lógica destrutiva do capital, promovendo a individualização e o isolamento é, nesse sentido, uma ação que busca cotidianamente desmontar sua manifestação de classe historicamente antagônica aos interesses da ordem capitalista. (Antunes e Praun, 2015, p. 416).

Então, para manter seus padrões de acumulação, o capital precisa se reestruturar, fomentando novas formas de implementação de suas estratégias para a exploração da mais valia ao menor custo de produção. Pelo que pode ser observado, o capital se apropria das novas tecnologias, imprimindo um aprofundamento ainda mais intenso nas condições de precariedade do trabalho e na vida cotidiana do trabalhador

Efetivamente, trata-se da tentativa de consolidar um novo nexos psicofísico, através da ‘captura’ da subjetividade do trabalhador. A ofensiva do capital, através da sua reestruturação produtiva, ou seja, o desenvolvimento de novas formas de organização e gestão da produção de cariz toyotista, das

inovações tecnológicas, da flexibilização e desregulamentação, cria novas exigências para a formação do trabalho, seja ele simples ou complexo. Ou seja, as mudanças são qualitativas, sobretudo, no que tange às novas tecnologias de informação e comunicação. Portanto, presenciamos uma 'grande revolução geral da tecnologia, engendrada pelo modo de produção capitalista, a *revolução das redes informacionais*'. De tal forma que, instaura-se um processo de disseminação do 'ciberespaço', seja como rede *interativa*, seja como *rede controlativa*, através das instancias de produção e reprodução social. Além disso, com ela surge uma nova forma de ser da mercadoria: a *mercadoria informação*. (ALVES, 2009, p. 57, apud Alves, Batista, 2010).

Observa-se a vivência na Era das Redes, ou seja, a reestruturação do espaço geográfico, via satélite, internet e outros meios de comunicação. As informações são passadas em tempo real, de qualquer parte do mundo. Carmo (2013) procura demonstrar o que viabilizou essa modernização:

As mudanças só foram possíveis com as inovações no transporte e na comunicação, de modo que uma indústria poderia, agora, controlar centralmente a produção de um único artigo, parcialmente produzido em vários países, através da tecnologia informacional. Houve a incorporação da mão de obra de muitos países em uma estrutura produtiva empresarial integrada mundialmente, sem que isso significasse desenvolvimento igualitário entre eles, seja pelo viés econômico ou social. Pelo contrário, os países subdesenvolvidos tinham seu desenvolvimento subordinado, devendo se ajustar aos movimentos realizados pelos centros maiores, que estavam em constante inovação e expansão. (CARMO, 2013, p. 56).

Essa modalidade de comunicação imediata tem o potencial de aniquilar ainda mais os direitos tão arduamente adquiridos.

Vamos considerar o que Couto (2010), procura demonstrar com relação aos direitos: "políticos, civis e sociais; os governos do período de 1964 a 1985, primaram por aniquilar os dois primeiros e por, novamente, acionar, de maneira restrita, medidas na área social desenhando o perfil limitado e autoritário na concepção dos direitos sociais".

Couto (2010), ainda nos apresenta ao chamado "milagre econômico" brasileiro: "o Brasil nos anos 1970, viveu o que ficou conhecido como 'milagre econômico', foi quando se consolidou um 'grande parque industrial no Brasil', a economia teve um grande crescimento, alto consumo de bens duráveis e construção de estradas e hidrelétricas". (Couto 2010, p. 128). Esse milagre apresenta outras facetas: "Segundo dados apresentados por Habert (1996), apud Couto: em 1980, 1% da população concentrava renda quase igual aos 50% da população mais pobres". (p.128).

De acordo com Couto, (2010) “o reverso deste poder econômico, se mostrava nas condições dos trabalhadores brasileiros: arrocho salarial, péssimas condições de vida nas cidades, alta mortalidade infantil, analfabetismo, entre outras”.

O ‘milagre econômico’ sustentava-se em três pilares básicos: o aprofundamento da exploração da classe trabalhadora submetida ao arrocho salarial; às mais duras condições de trabalho e à repressão política, a ação do Estado, garantindo a expansão capitalista e a consolidação do grande capital nacional e internacional; e a entrada maciça de capitais estrangeiros na forma de investimentos e empréstimos. (HABERT, 1996: 3 – 4, apud Couto, 2010, p. 128).

Carmo (2013) nos chama a atenção para esse processo de internacionalização, globalização do capital e a funcionalidade do Estado ao conhecido “mercado de capitais”, e para a movimentação de grandes volumes de capital, irrestritamente. (p. 57).

A grande mobilidade do capital frente às restrições espaciais, e sócio-políticas contribui cada vez mais para a subordinação da esfera política ao capital, que passa a exigir do poder público cada vez mais recursos para sua reprodução ampliada. E isso se dá diminuindo os dispositivos protetivos de segurança social do trabalhador e sua família, aumentando o papel do fundo público nas estratégias empresariais. (CARMO, 2013, p. 68).

O autor traz ao debate a questão do “Fundo Social de Emergência, que em 1994, permitiu que 20% de todos os impostos e contribuições sociais, fossem gastos sem nenhuma vinculação”. O país de desenvolvimento tardio, atendia a determinações do Fundo Monetário Internacional (FMI). Em 1997, renova-se o Fundo, que passa a chamar-se “Fundo de Estabilidade Fiscal”, garantindo que o governo continue “confiscando contribuições destinadas à seguridade social”, (CABRAL, 1998, p. 130), garantindo assim, o pagamento de juros e serviços. Ainda nos apresenta o novo quadro de profissionais que o capital requer para adequar-se à nova fase: “o trabalhador polivalente, multiprofissional, flexível e engajado. O que se espera deste trabalhador é que ele seja moldável aos interesses da empresa, adaptável, flexível e, caso necessário, geograficamente móvel. A racionalização da produção promove também a desespecialização do operário”. (p.68).

É preciso ressaltar o que nos expõe, com relação à racionalização, Antunes e Alves (2004):

O toyotismo não tem a pretensão de instaurar uma sociedade 'racionalizada', apenas, uma 'fábrica racionalizada', ele busca a hegemonia do capital entre empresas, não a amplia para além da cadeia produtiva central, para o corpo social total, o toyotismo permanece limitado em sua perspectiva política, principalmente se comparado ao fordismo. Por isso sob o toyotismo, agudiza-se a contradição entre racionalidade intra-empresa e irracionalidade social. (ANTUNES, ALVES, 2004, p. 345).

Na lógica do toyotismo, a reestruturação produtiva implica uma noção de "fábrica mínima". As pequenas empresas sustentam a empresa principal, retirando o pouco que resta ao trabalhador de garantias e segurança no trabalho, ocorrendo uma precarização mais intensa, acentuando ainda mais a crise estrutural capitalista. Vale salientar o que nos traz Alves, no seu entender com relação às crises:

A ideia de 'crise' implica riscos e oportunidades de respostas (ou resistências) capazes de obstaculizar o movimento do capital como sujeito abstrato. É importante salientar que o processo de 'precarização do trabalho' decorre da crise estrutural do capital, que pode ser tratada tanto como 'processo crítico de formação de valor' (crise de valorização do valor), o que explica, deste modo, o complexo reestruturativo da produção do capital nas últimas décadas de capitalismo global, visando constituir novas condições para exploração da força de trabalho assalariada; e a vigência da financeirização da riqueza capitalista com a presença hegemônica do capital especulativo-parasitário'; quanto 'processo crítico de formação humano-social' (crise do humano), com a incapacidade do sistema do capital de realizar as promessas civilizatórias contidas no desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. (Alves, 1999, p. 3).

Estas são medidas políticas econômicas próprias do capitalismo globalizado, sua implementação oriunda das formas autonomizadas de juros do capital, desestabilizando ainda mais a classe trabalhadora. "A classe trabalhadora hoje compreende a totalidade dos assalariados, homens, mulheres que vendem sua força de trabalho – a classe – que – vive – do – trabalho, despossuídos dos meios de produção". (Antunes, 1995 e 1999). De acordo com Antunes e Alves, "essa classe vem presenciando a retração do taylorismo-fordismo dando lugar a formas mais desregulamentadas de trabalho, redução de trabalhadores estáveis que se estruturavam por meio de empregos formais". O autor nos chama a atenção para outras tendências na precarização do trabalho, são: "os terceirizados, subcontratados, *part-time* e outros que se expandem em escala global. Os capitais transnacionais implementam essas alternativas de trabalho crescentemente desregulamentados e informais".

Vale ressaltar que temos também o “trabalho feminino absorvido pelo capital, principalmente no universo do trabalho *part-time*, precarizado e desregulamentado. Os salários e os direitos sociais femininos, são inferiores aos dos trabalhadores homens”. (ANTUNES, ALVES, 2004, p. 338).

A expansão do trabalho doméstico, se dá pela telemática, com a expansão das formas flexibilizadas e precarização do trabalho, com avanço da horizontalização do capital produtivo. Grandes empresas se beneficiam dessa horizontalização, aumentando sua produtividade no espaço domiciliar, mesclando-se o trabalho produtivo domiciliar ao trabalho reprodutivo doméstico, aumentando as formas de exploração do contingente feminino. (ANTUNES, ALVES, 2004, p. 340, 341).

Não há reconhecimento do trabalho reprodutivo doméstico, uma vez que cabe à mulher, a reprodução e desenvolvimento de mão de obra, para futura exploração pelo capital da força de trabalho que foi preparada pela mulher. Com o amplo avanço do capital e sua expansão para os domicílios, cabe à mulher, além de reproduzir força de trabalho, produzir também bens de valor. Acentua-se o grau de exploração, ao qual a mulher se submete visando melhores condições de subsistência da família.

Segundo Antunes e Alves, o “setor de serviços”, absorveu boa parcela de assalariados médios, porém, com as novas configurações organizacionais, tecnológicas, submetidos à racionalidade do capital e à lógica de mercado, este setor também foi afetado. O autor dá como exemplificação, a grande redução de trabalhadores bancários e a privatização de serviços públicos, causando grande desemprego.

Segundo os autores, o que houve de positivo, foi o aumento dos sindicalizados da classe média, ampliando o universo dos (as) trabalhadores (as) assalariados (as), na nova e ampliada configuração da classe trabalhadora. Eles chamam a atenção para outro fator importante:

Exclusão dos jovens e adultos próximos dos 40 anos, especializados, a não valorização do saber fazer adquirida pela experiência, substituídos pelo trabalhador polivalente e multifuncional da era toyotista. Ocorre ainda a inclusão criminosa de crianças no mercado de trabalho, nas mais diversas atividades.

Podemos observar o quão perverso são os modos alternativos de exploração e expropriação infringidos pelo capital ao trabalhador, no que nos expõe os autores; com expropriação inclusive de sua capacidade intelectual.

Apesar de o operário da fábrica toyotista contar com maior 'participação' nos projetos que nascem das discussões dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQ), com maior 'envolvimento' dos trabalhadores, a subjetivação que então se manifesta encontra-se estranhada com relação ao que se faz e para quem se produz. Se o fordismo expropriou e transferiu o *savoir-faire* do operário para a esfera da gerência científica, para os níveis de elaboração, o toyotismo tende a transferi-lo para a força de trabalho, mas o faz visando apropriar-se crescentemente da sua dimensão *intelectual*, das suas capacidades cognitivas, procurando envolver mais forte e intensamente a subjetividade operária. Os trabalhos em equipe, os círculos de controle, as sugestões oriundas do chão de fábrica, são recolhidos e apropriados pelo capital nessa fase de reestruturação produtiva. Suas ideias são absorvidas pelas empresas, após uma análise e comprovação de sua exiguidade e vantagem (lucrativa) para o capital. (Antunes e Alves, 2004, pp. 346, 347).

Nada é tão desumano quanto a subsunção do trabalhador ao capital, este expropria não só a força de trabalho, mas também, a essência do ser, o capital rouba a natureza humana do trabalhador. Ele não se vê no que produz. Antunes e Alves evidenciam esse estranhamento:

A alienação/estranhamento é ainda mais intensa nos extratos precarizados da força humana de trabalho, que vivenciam as condições mais desprovidas de direitos e em condições de instabilidade cotidiana, dada pelo trabalho *part-time*, temporário e precarizado. Sob a condição da precarização, o estranhamento assume a forma ainda mais intensificada e mesmo brutalizada, pautada pela perda (quase) completa da dimensão de humanidade. Nos extratos mais penalizados pela precarização/exclusão do trabalho, o estranhamento e o fetichismo capitalista são diretamente mais desumanizadores e bárbaros em suas formas de vigência. (Antunes e Alves, 2004, p. 348).

De acordo com Alves, (1999), “na mundialização do capital, os trabalhadores assalariados excedentes, tornam-se população trabalhadora excluída. O excedente interveste-se em excluído, na ordem do capital mundializado”. O que o autor nos chama a atenção, é para o fato de que esta “nova precarização do trabalho, não atinge apenas os setores fragilizados da indústria ou serviços, mas, principalmente os setores mais modernos da produção capitalista”. (ALVES, 1999, p. 2).

O que ocorre é que a nova forma de precarização do trabalho, implica em trabalhadores terceirizados, casuais, temporários, contratos por tempo determinado. Lourenço (2015), afirma que a “terceirização é o elo entre as empresas automatizadas e os pequenos empreendimentos que funcionam em fundo de quintal, sem nenhuma garantia trabalhista e distante de qualquer fiscalização”. (LOURENÇO, 2015, p. 452). Alves salienta:

As corporações industriais sempre precisam de pequenas empresa, como se observa com a proliferação da subcontratação, onde o espírito do toyotismo impulsiona novos estilos de acumulação capitalista, a utilização das pequenas empresas tornou-se uma estratégia de organização industrial voltada para o controle de trabalho e emprego, adequada à nova época de crise de valorização do capital onde a instabilidade perpétua impõe a constituição pelas corporações transnacionais, de um “colchão” de pequenas empresas capazes de amortecer as inconsistências dos mercados. É um componente decisivo para instaurar um novo patamar de flexibilidade do capital num cenário de crise de valorização e de concorrência planetária. (ALVES, 1999, p. 3).

Diante das condições de precariedade do trabalho, da insegurança persistente, os riscos aos quais os trabalhadores estão expostos em seu cotidiano, os trabalhadores vivem em constante estado de ansiedade, sem grandes perspectivas para o futuro. O medo é uma constante na vida do trabalhador, medo de perder o emprego, medo pelos filhos e familiares. Medo de não ser capaz de satisfazer as necessidades material, afetiva, social e política.

O cotidiano do trabalhador na era capitalista, é permeado de incertezas, visto que as garantias trabalhistas já não existem diante das ofensivas capitalistas. Aos trabalhadores, resta a possibilidade de organização da categoria, para reivindicar os direitos que foram conquistados com árduas lutas de classe que ocorreram, mais efetivamente, na década de 1980, culminando com a conquista de alguns direitos com a Constituição de 1988. É verdade que alguns direitos ficaram só na intenção, mas é preciso que a classe trabalhadora se organize para evitar o desmonte total dos direitos adquiridos. Na década de 1980, houve forte intensão de politizar a saúde, com forte articulação e mobilização de vários setores, visando a universalização e integralização, buscando a descentralização político administrativo com participação popular, objetivando o direito do cidadão dentro do Estado, Bravo (2001), salienta que em 1980, houve conquistas dos setores progressistas com o avanço da Política de Saúde no Brasil, porém, os trâmites da reforma, afastam a população do cenário político, ocorrendo então, a despolitização do processo.

Com o avanço do neoliberalismo e seus projetos privatistas para a saúde, como afirma Bravo (2001), “ocorre intenso desmonte do Sistema Único de Saúde (SUS), e o fortalecimento dos planos de saúde e Fundações Públicas de iniciativa privada, forte processo de desconstrução da Seguridade Social, dentro dela, a saúde”. (13). Como pode ser observado pelas afirmações de Bravo, “a hegemonia

neoliberal no Brasil, tem sido responsável pela redução dos direitos sociais e trabalhistas, sucateamento da saúde e educação”. (13)

Houve grande expectativa por parte da sociedade, com relação ao Projeto de Reforma Sanitária, o que não se efetivou, o que ocorre na verdade, é o paulatino desmonte dos Projetos Populares, consolidando o Projeto de Saúde articulado ao mercado privatista. Vasconcellos e Aguiar (2017), chamam a atenção para o fato de que o Estado tem dificuldade na implantação integral do Sistema Único de Saúde (SUS), principalmente no que se refere à “saúde do trabalhador, pois, ela se encontra no âmago das relações sociais de produção, onde se destacam os conflitos de classe”. (606). Ao Estado, não interessa que se relacione o sofrimento e ou doença às formas de exploração capitalista sobre o trabalho. No entanto,

O Estado brasileiro inscreveu o Sistema Único de Saúde (SUS), enquanto Política inclusiva, universalista e participativa que trouxe para o seu âmbito de responsabilidade a área da saúde do trabalhador. O fato de exacerbar a contradição de o SUS ser uma política de bem-estar-social abrigada em um Estado de bem-estar do mercado, coloca a saúde do trabalhador no centro de um debate político normativo epistemológico que se justifica pelo enorme impacto de adoecimento e morte no trabalho que a saúde pública ainda não dimensionou acuradamente e não enfrenta cotidianamente. (Vasconcellos e Aguiar, 2017, p. 606)

O Sistema Único de Saúde (SUS), apesar de importantes iniciativas na reestruturação da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST), segundo Lourenço e Lacaz, (2013), “ainda não conseguiu articular um sistema efetivo de notificação e vigilância em saúde do trabalhador, sobretudo no que diz respeito às doenças relacionadas ao trabalho”. (Lourenço e Lacaz, 2013, apud Lourenço, 2015, p. 456). A autora apresenta alguns dados coletados de 2011 a 2013, de acidentes de trabalho ocorridos no Brasil: “foram registrados 2.152.524, sendo que, 1.649.192 através da Comunicação de Acidentes de Trabalho (CAT) e 503.332 sem CAT, 8.503 óbitos. Ela ainda destaca que estes dados são incompletos, pois só contempla trabalhadores cobertos pela previdência”. (Lourenço, 2015, p. 452).

O que se observa, é que a administração brasileira, tanto militar quanto civil, não distinguem entre o patrimônio público e o privado, mantêm uma burocracia

confusa, praticada por indivíduos que agem como se fossem administradores empresariais. Visam ao favorecimento e expansão do capital em detrimento da classe trabalhadora. Todas as reformas que foram implementadas pelo Estado, tiveram o objetivo de desconfigurar o Estado de bem-estar, que no Brasil não chegou a se efetivar.

CAPÍTULO 3

O SERVIÇO SOCIAL

Por um longo tempo o Serviço Social foi usado pelo Estado e grupos dominantes como um instrumento de controle da questão social. Quando a questão social ficou explícita para a sociedade, o Estado precisou agir para manter o controle e a ordem. O Serviço Social de origem confessional, irá atuar de maneira caritativa, e educativa. Ele irá pautar suas ações por um viés moralizador junto aos trabalhadores e seus familiares. No período em que o capitalismo era visto como ordem natural, a luta de classes, a miséria e o pauperismo aparecem como culpa do sujeito. A religiosidade das Assistentes Sociais, leva a um projeto de cristianização, de formação moral e religiosa da população cliente.

3.1 BREVE HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL

A importante trajetória do Serviço Social no Brasil, tem sua origem ligada à doutrina social da Igreja Católica, com as formas de assistência social, mobilização do movimento leigo, durante metade da década de 1920. Segundo Yamamoto e Carvalho, (2016), “o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), considerado como manifestação original do Serviço Social no Brasil, surge em 1932”. Neste Centro, dava-se cursos intensivos mais ligados à filantropia das classes dominantes. Segundo Yamamoto e Carvalho, (2016), o objetivo central do CEAS será “promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da Igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais”. (179). As reuniões nestes centros, visavam também o ensino de trabalhos manuais, noções de higiene, etc. O objetivo principal, era a reeducação moral e religiosa.

Só em 1936 é criada a primeira Escola de Serviço Social no Brasil, em São Paulo, pelo CEAS, mas já havia interesse do Estado pelas Assistentes Sociais, que nesse período era composto predominantemente por mulheres. Foi quando se aprofundou o processo de repressão ao movimento popular, principalmente o operário, visto que, situou-se a ditadura Vargas. (1937-1945). Em 1940, foi ampliado o campo de ação do Serviço Social, o crescente processo industrial, acarreta profundas mudanças econômicas, políticas e sociais no país, leva a uma nova fase

das relações capitalistas e do seu crescente papel no Estado. Com a implantação dos grandes parques industriais e siderúrgicas, nos anos de 1950, fase da política desenvolvimentista do pós guerra, conseqüente corrida ao consumismo, com influência Norte Americana, ocorre profundas mudanças no mundo, com a evolução das Ciências Sociais, surgem questionamentos acerca das estruturas políticas, econômicas e sociais vigentes, inicia-se uma intensa reflexão dos Assistentes Sociais, com relação à sua participação neste processo. Surgem a partir daí, movimentos de reconceituação, impulsionados pela tomada de consciência de alguns profissionais da realidade Sul-americana, a partir de então foram promovidos vários debates com vistas à renovação das concepções de formação do Serviço Social, obtendo inúmeras mudanças na década de 1970.

Há um amadurecimento metodológico do Serviço Social e uma intenção de ruptura com o tradicionalismo conservador, alguns profissionais assumem suas inquietações e questionamentos, com relação ao desenvolvimento excludente e subordinado, há uma aproximação à teoria marxista, essa orientação dá ao profissional uma visão crítica de sua atuação, capacitando-o para fazer uma leitura crítica da realidade. Este foi um marco decisivo do processo de revisão crítica do Serviço Social no continente; no Brasil, estes questionamentos, são morosamente disseminados, devido ao período político que o país atravessava, a ditadura militar.

Se a reconceituação viabilizou uma primeira aproximação do Serviço Social com o marxismo por vias tortuosas, em 1980 ocorre um encontro de qualidade com a tradição marxista. A profissão no Brasil, orientada por variadas concepções teóricas, atinge um amadurecimento tendo como base a tradição marxista: o Serviço Social revendo sua prática, busca garantir sua contemporaneidade, enfrentando as questões da democracia, cidadania e direitos sociais juntamente com a sociedade. A partir deste amadurecimento da categoria, surge um comprometimento por um Projeto Ético Político Profissional, visando a transformação social.

3.2 – O ASSISTENTE SOCIAL COMO TRABALHADOR ASSALARIADO

O Assistente Social na contemporaneidade integra a classe trabalhadora que vende sua força de trabalho por um salário que, espera irá garantir a manutenção de sua vida e de seus familiares. Ele se insere numa relação de compra e venda de mercadoria em que sua força de trabalho é mercantilizada, ingressando sua atividade ao reino do valor. Com as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, o

Assistente Social, um profissional qualificado, com formação interdisciplinar, tem sua atuação ligada diretamente à questão social e seus reflexos, enquanto ele mesmo é submetido aos constrangimentos comuns a todos os trabalhadores, na condição de trabalhador livre, que vende sua força de trabalho. O Assistente Social responde a seus empregadores, sejam eles, o Estado, ou setores privados, consolidando-se assim, como um aparato estatal ou de empresas privadas, atuando na reprodução do controle social e ideológico.

De acordo com Iamamoto e Carvalho, (2016), “os conflitos sociais, expressão das lutas de classe, transformam-se em problemas sociais, matéria-prima da assistência”. (127). O profissional pode limitar-se a atender as determinações de seus empregadores, ou posicionar-se como sujeito propositivo, imprimindo uma nova direção às propostas priorizando os interesses dos segmentos majoritários da população. Os Assistentes Sociais não formam um bloco hegemônico com relação a direitos, cidadania e política social, mas é justamente essa pluralidade de ideias, que torna seu Código de Ética, a Lei de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, o resultado de incansáveis debates para se atingir certo consenso com relação à concepção de direitos e cidadania e conforma o Projeto Ético Político Profissional.

Sendo o Serviço Social uma profissão regulamentada socialmente, sua autonomia é tensionada pela compra e venda dessa força de trabalho especializada, ao Estado ou setores privados, e sua atuação está diretamente ligada às relações que estabelece com seu empregador, que irá determinar as necessidades sociais que o trabalho do Assistente Social deve responder, interferindo nas condições de atendimento e seus efeitos na reprodução das relações sociais.

É na condição de trabalhador assalariado que o Assistente Social se integra ao conjunto de trabalhadores afins. Isso implica em compra e venda da força de trabalho expressa em seu valor de troca, sua equivalência corporificada no salário, atestando a profissão estar inserida no reino do valor da sociedade capitalista. Isso o leva ao dilema da alienação e determinações sociais que afetam a coletividade dos trabalhadores. A força de trabalho dos Assistentes Sociais contém as mesmas contradições de toda mercadoria, entre trabalho concreto e trabalho abstrato existente na sociedade capitalista. É preciso considerar as tensões entre projeto

profissional e a alienação do trabalho social no cotidiano e na luta da coletividade dos trabalhadores enquanto classe.

Iamamoto e Carvalho (2016), expõem que: “como as classes fundamentais e suas personagens só existem em relação, pela mútua mediação entre elas, a atuação do Assistente Social tende a ser polarizada por tais classes”. (81). Então, cabe ao Assistente Social criar estratégias que possam viabilizar interesses da classe trabalhadora.

3.3 – ATUAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA SAÚDE

O Assistente Social se insere no trabalho em saúde atuando sobre os determinantes sociais que envolvem o processo saúde-doença com a perspectiva de atender às necessidades do usuário, numa intervenção que não se limite a práticas curativas, mas que inclua aspectos preventivos, informativos e de promoção da saúde.

Segundo Bravo (2000), foi nos anos de 1980, que a população brasileira vivenciou momentos de grandes expectativas, com a democratização política, acabou sendo decepcionante, pois não se efetivaram ganhos significativos para a população. Havia desde os anos de 1970, questionamentos a respeito do modelo da política de saúde que avança pelos anos de 1980 com o movimento da Reforma Sanitária que previa um conceito ampliado de saúde: considerar as condições de trabalho, moradia, lazer, educação, salário, etc. A ideia em pauta é o Sistema Único de Saúde (SUS), numa perspectiva democrática de saúde-doença. As propostas mais relevantes tratadas para implementação da reforma, de acordo com Bravo: (2000), “universalização do acesso; concepção de saúde como direito social e dever do Estado; reestruturação do setor através da estratégia do Sistema Unificado de Saúde”.

O debate extrapolou a setorialidade, referindo-se à sociedade como um todo, visando além do Sistema Único, também a Reforma Sanitária. O que se esperava, é que a grave crise em que se encontrava o país, se revertesse com o enfrentamento das desigualdades sociais. O cenário pré – constituinte era de disputa pelos setores privatistas e representantes da Reforma Sanitária. A Constituição Federal de 1988, foi um marco para a Seguridade Social.

Com o avanço do neoliberalismo e seu projeto privatista, requisita aos Assistentes Sociais, entre outras demandas, segundo elaborações do CFESS (2010), “a seleção sócio-econômica dos usuários, atuação psicossocial por meio de aconselhamentos, ação fiscalizatória de planos de saúde, assistencialismo baseado na ideologia do favor e predomínio de práticas individuais”. O projeto de reforma sanitária, prioriza como demandas aos Assistentes Sociais, “democratização do acesso às unidades e aos serviços de saúde, trabalho interdisciplinar, abordagens grupais, acesso democrático às informações e estímulo à participação popular”. (CFESS, 2010, p. 26).

Há relação entre o Projeto Ético Político e o Projeto de Reforma Sanitária, os dois projetos foram construídos no processo de redemocratização da sociedade brasileira. A disputa entre o projeto privatista e o da reforma continuam em disputa, com pendência favorável ao privatista.

O projeto ético-político da profissão, construído nos últimos trinta anos, pauta-se na perspectiva da totalidade social e tem na questão social a base de sua fundamentação como já foi referido. Alguns conceitos são fundamentados para a ação dos assistentes sociais na saúde como a concepção de saúde, a integralidade, a intersetorialidade, a participação social e a interdisciplinaridade. (CFESS, 2010, p.39)

É preciso salientar que as atribuições e competências dos Assistentes Sociais na saúde, ou em qualquer outro setor, são norteados por direitos e deveres constantes em seu Código de Ética Profissional e na Lei de Regulamentação que devem ser observados e respeitados tanto pelo profissional, quanto pelas instituições empregadoras. Mas, é preciso considerar os constrangimentos, a que são submetidos os profissionais, uma vez que as instituições, tendem a considerar o social como subalterno, cabendo ao assistente social não permitir que essa subalternidade se efetive, procurando sempre por qualificação, cursos de especialização que possam auxiliar em seu crescimento e ampliar o conhecimento profissional em debates e experiências que incluam a saúde e as políticas sociais. Cabe ao Assistente Social, se posicionar, assumindo o compromisso de prestar um serviço de qualidade, evitando a reprodução mercantil capitalista.

CONCLUSÃO

Tendo em vista que o Assistente Social, como profissional especializado, que tem sua atuação diretamente ligada às expressões da questão social, ele atua junto a uma população completamente desprovida das condições básicas de vida condigna. Uma população oprimida pelas desigualdades sociais, constrangida pela precarização de subsistência a que são submetidos na era do capitalismo moderno, reflete a importância que a saúde do trabalhador vem adquirindo para a atuação dos Assistentes Sociais.

A dimensão social e histórica do trabalho ganha relevância nos determinantes sociais das condições de saúde do trabalhador, com a complexidade da realidade atual, marcada pela precarização das condições de trabalho, aumento do mercado informal, flexibilização das relações de trabalho e restrição de direitos. A saúde do trabalhador envolve o coletivo dos trabalhadores, inserido no processo saúde-doença no trabalho, abrangendo não apenas aqueles que têm o adoecimento no processo. O Assistente Social precisa internalizar que sua função não é de psicólogo, ele precisa atentar-se para evitar funções de cunho terapêutico, o que não está de acordo com a legislação e diretrizes curriculares, ele precisa conhecer suas atribuições e competências, ouvir o usuário somente como forma investigativa para identificar o determinante social de sua vida no cotidiano.

Os trabalhos dos Assistentes Sociais, são desenvolvidos junto às precárias condições de vida dos sujeitos quando da inserção do Serviço Social como profissão na divisão social do trabalho e na reprodução das relações sociais de produção. O Assistente Social inserido na área da saúde tem o enfrentamento com seus empregadores que visam um atendimento seletivo e focalizado, a pressão sofrida pelo Assistente Social em precisar de confirmação que o usuário, além de pobre, ele precisa ser mais pobre que o outro, para ter direito ao atendimento, estas são determinações do modelo privatista da política neoliberal. O profissional está em constante contato com as expressões da questão e depara-se com situações de violação de direitos, e famílias inteiras sofrendo privações das mais variadas formas; atuando na área de saúde, o profissional sente-se ainda mais tensionado ao ter que definir a quem este ou aquele procedimento irá beneficiar, uma vez que o usuário, para ter acesso a determinados atendimentos, precisa comprovar que vive em extrema pobreza.

Como não ser afetado por essa condição de juiz, que lhe é imputada, que vai determinar quem pode, ou não, ser beneficiado? Este impasse a que os Assistentes Sociais são submetidos, pode ser desencadeador de sofrimento, uma vez que, ao escolher, ou definir, quem tem direito, conseqüentemente alguém deverá ser excluído. Esta é uma situação que possivelmente pode desencadear angústia.

O que se observa, é que o Assistente Social atua nas manifestações da questão social e como elas interagem com a Política Social. O Enfrentamento da questão social pelo Estado, evidencia o papel das políticas sociais e indica como as mesmas traduzem a correlação de forças entre Estado e as demandas da classe trabalhadora. É neste movimento que se inscreve a atuação dos Assistentes Sociais, de caráter seletivo e excludente dos programas de saúde, colocaram o profissional entre a instituição hospitalar e a população, formalizaram práticas que mais excluem do que incluem. O Assistente Social precisa ser um profissional propositivo, romper com o conservadorismo e primar em colocar em prática o Projeto Ético Político. Não existem fórmulas prontas, mas o Assistente Social, deve articular junto a outros profissionais, propostas que visem transpor os obstáculos apresentados na atualidade.

Referências Bibliográficas

ANTUNES; Ricardo. Os Sentidos do Trabalho, Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho. Boitempo Editorial-1999

ANTUNES; Ricardo. ALVES; Giovanni. As Mutações no Mundo do Trabalho na Era da Mundialização do Capital. Educ.Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, mai/ago 2004.

ANTUNES; Ricardo. PRAUN; Luci. A Sociedade dos Adoecimentos no Trabalho. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 123 p. 407 – 427, jul/set. 2015

ALVES; Giovanni. Desemprego Estrutural e Trabalho Precário na Era da Globalização. In: Trabalho e Mundialização do Capital – A Nova Degradação do Trabalho na Era da Globalização. Praxis, 1999.

_____. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal – Precarização do trabalho e redundância salarial. Revista Katal. Florianópolis v,12n.2 p.188-197. Jul/dez 2009.

ALVES; Giovanni. BATISTA; Roberto Leme. O Fetiche do Capital Intelectual: A ideologia do conhecimento e da adaptação no contexto da reestruturação produtiva do capital. Revista HISTEDBR online. Campinas, número especial, p.154-174, agosto de 2010 – ISSN:1676-2584.

AQUINO; Maria Aparecida de. Estado Autoritário Brasileiro pós 64: conceituação, abordagem, historiografia, ambiguidades, especificidades – seminário 40 anos do golpe: Ditadura militar e resistência no Brasil. Sindicato Nacional dos Editores de Livros, Rio de Janeiro. 2004.

BRAVO; Maria Inês Souza. Política de Saúde no Brasil: Trajetória Histórica. In. Capacitação para Conselheiros de Saúde – Texto de apoio. Rio de Janeiro: UERJ/DEPEXT/NAPE – 2001.

BEHRINGER; Ivanete, BOSCHETTI; Eliane Rossetti. Política Social: Fundamentos e histórias. 7ª Edição. São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca Básica de Serviço Social; volume 2)

CABRAL; Maria do Socorro Reis. As Políticas brasileiras de Seguridade Social e Previdência Social. In: Cadernos de Capacitação CEAD/UNB – CFESS. Módulo 3. Brasília, 1998.

CARMO; Roberto Carvalho do. Por um fio: O sofrimento do trabalhador na era do capitalismo flexível. Jundiaí, Paco Editorial: 2013.

CFESS – Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde – Brasília – 2010.

COUTO; Berenice Rojas. O Direito Social e a Assistência Social. São Paulo – Cortez 2010.

DEJOURS; Christophe. A banalização da injustiça social/ Cristophe Dejourn; tradução de Luiz Alberto Monjardim. – Reimpressão – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

FERNANDES; Florestan. Capitalismo Dependente – Padrões de Dominação Externa na América Latina. 1981.

GALVÊAS; Ernane. Princípios da Economia Política e Considerações sobre sua Aplicação Prática – Ensaio sobre a População. Nova Cultural Ltda. São Paulo, 1996.

IAMAMOTO; Marilda Vilela. Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche – Capital financeiro, trabalho e questão social. 2ª edição, São Paulo: Cortez, 2008.

_____. O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação profissional. 10 edição, São Paulo: Cortez, 2006.

_____. CARVALHO; Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. São Paulo, Cortez 2012.

IANNI; Octávio. Raças e Classes Sociais no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. Pensamento Social no Brasil. Edusc – Anpocs, 2004.

LAURELL; Asa Cristina. Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. NORIEGA; Mariano. Processo de Produção e Saúde, Trabalho e Desgaste operário. Editora Hucitec, São Paulo, 1989.

LESSA; Sérgio & TONET; Ivo. Proletariado e Sujeito Revolucionário – São Paulo: Instituto Lucáks, 2012.

LOURENÇO; Edvânia Ângela de Souza. Terceirização: a Destruição da Saúde dos Trabalhadores do Serviço Social. São Paulo, n.23, p.447- 475, jul/set. 2015. In: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.032> acesso em: 15/09/2019.

LUKÁCS; Georg. As Bases Ontológicas do Pensamento Humano e da Atividade do Homem. 1968. Tradução: Carlos Nelson Coutinho.

MARCONE; Marina de Andrade. LAKATOS; Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. 5ª edição – São Paulo: Editora Atlas S.A. 2003.

MARX; Karl. O Capital. Crítica da Economia Política. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro 2011

_____. O Capital. O Processo de Produção do Capital. Tradução de Reginaldo Sant'Anna, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2012.

_____. ENGELS; Friedrich. Manifesto do Partido Comunista – Tradução de Marco Aurélio Nogueira e Leandro Konder. Petrópolis – Rio de Janeiro – Vozes 2011 (coleção vozes de bolso)

MEDEIROS; Marília Salles Falci. Abordagem Histórica da Reestruturação Produtiva no Brasil. *Latitude*, vol.3, nº1, pp.55-75, 2009.

MINAYO; Carlos Gomes. THEDIM-COSTA; Sonia Maria da Fonseca. A Construção do Campo de Saúde do Trabalhador: Percursos e Dilemas. *Cad. Saúde Públ.* Rio de Janeiro, 13 (supl. 2) 21 – 32, 1997.

MONTAÑO; Carlos Durighetto; Maria Lúcia. Estado, Classe e Movimento Social – Biblioteca Básica de Serviço Social. Volume 5, 1ª Edição. São Paulo: Cortez, 2010.

MOTA; Ana Elizabete. Crise Contemporânea e as Transformações na Produção Capitalista.

NETTO; José Paulo. Cinco Notas a Propósito da Questão Social – *Temporalis/ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*, ano 2, n.3 (jan/jun 2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

NETTO; José Paulo, BRAZ; Marcelo. Economia Política: Uma Introdução Crítica – 8 ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 1)

TAVARES; Maria Augusta. Acumulação, Trabalho e Desigualdades Sociais – Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS, EAD – UNB, 2009.

VASCONCELLOS; Luiz Carlos Fadel de. AGUIAR; Luciene. Saúde do Trabalhador: necessidades desconsideradas pela gestão do Sistema Único de Saúde. *Occupational Health: needs disregarded by the management of the Unifield Health System.* *Saúde Debate*, Rio de Janeiro, v.41, nº113, p.605-617, abr/jun 2017.